



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

KAIO JESUS BARBOSA

**HIGH SCHOOL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) E ENSINO MÉDIO
NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DE DADOS DO PISA**

RIO DE JANEIRO

2019

KAIO JESUS BARBOSA

**HIGH SCHOOL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) E ENSINO MÉDIO
NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA A PARTIR DE DADOS DO PISA**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação
Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito
parcial para aprovação no Curso Técnico em
Gerência em Saúde.**

Orientador: Marcello de Moura Coutinho.

Coorientador: Filipe da Silva Santos.

Rio de Janeiro

2019

RESUMO

Este estudo pretendeu realizar de forma exploratória uma análise comparativa do High School nos Estados Unidos da América (EUA) e o Ensino Médio no Brasil, tendo como pano de fundo a proposta de Reforma do Ensino Médio brasileiro que entrou em vigor em 2016, a partir da Medida Provisória nº 746 que se tornou em 2017, a Lei Federal nº 415. O estudo tem caráter metodológico quali-quantitativo em razão de realizar uma análise de dados socioeducacionais do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Palavras-chave: High School nos EUA; Ensino Médio no Brasil; PISA.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS acima de tudo, por ter me dado saúde, força e fé para terminar este trabalho e ter superado todas as dificuldades.

A essa escola e seu corpo docente, pelo trabalho, atenção e dedicação prestados, hoje vislumbro um mundo totalmente diferente graças ao meu ensino, e oportunidades proporcionadas.

A minha família e meus amigos, que estiveram sempre me motivando e apoiando durante minha formação.

Agradeço também especialmente ao meu orientador Marcelo Coutinho e Coorientador Filipe Silva, que se dispuseram a me ajudar e fazer parte desse trabalho, graças a eles minha formação foi concluída com tenência.

***“Educação gera conhecimento, conhecimento gera sabedoria, e, só um povo sábio
pode mudar seu destino. ”***

(Samuel Lima)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – HIGH SCHOOL NOS EUA E ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	10
High School nos EUA.....	10
Ensino Médio no Brasil.....	13
CAPÍTULO II – PROPOSTA DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	14
Base Nacional Comum Curricular.....	17
CAPÍTULO III – METODOLOGIA.....	21
CAPÍTULO IV – ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS DO PISA.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

Não existe nenhum sistema educacional que supra todas as necessidades, mas em todos existe um objetivo a ser alcançado, assim como na famosa citação de Paulo Freire: ***“ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.”***, pode-se dizer assim então, que ao oferecer uma educação de qualidade se recebe de volta uma produtividade construtiva em prol de uma sociedade. O que fica explícita é a capacidade de um país de crescer em meio à Educação prestada.

De acordo com o artigo: ***“Educação de qualidade para todos: prioridade nacional”***, de Luciano Monteiro (Diretor de Relações Institucionais da Santillana no Brasil) e Priscila Cruz (Presidente-executiva do Todos Pela Educação), presente no Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2018:

tal cenário reflete-se no nosso sistema educacional, uma vez que o nível socioeconômico dos alunos pode impactar os resultados educacionais. Como há ausência ou pouca intencionalidade nas políticas públicas para a equidade, nossos resultados são muito desiguais e baixos, levando o País aos últimos lugares das avaliações internacionais. As chances de um país reverter processos de segregação, distribuir renda, implementar políticas de saúde e segurança, melhorar a qualidade de vida estão diretamente ligadas à capacidade de ofertar Educação de qualidade para todos (MONTEIRO e CRUZ, 2018, p.18).

Assim, assegurar o direito à aprendizagem é um eixo estruturante para as políticas sociais como um todo, como demonstram os artigos publicados na referida edição do Anuário Brasileiro da Educação Básica, assinada por autores reconhecidos em suas áreas.

Por outro lado, a Educação brasileira tem sofrido muitos cortes financeiros com o decorrer dos anos, por exemplo, com a “PEC da Morte” (PEC 95 / EC 55 de 2016) que tem como objetivo o controle dos gastos públicos relativos à Educação, Saúde e Seguridade Social, ou seja, propõe congelar a despesa primária total.

Os sistemas educacionais de todo o mundo, são avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA), no sentido de produzirem excelentes resultados acadêmicos, ou seja, para construir uma cadeia de informações de estudo que se justificam pela Educação, apesar de nenhum deles serem perfeitos, alguns tendem a ter ótimos ganhos como um alto nível de aprendizado, contribuindo na formação de cidadãos mais competentes e preparados para se destacar na vida e no mercado de trabalho.

Cabe destacar, que o PISA enquanto avaliação internacional da Educação é realizada a cada três anos pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil faz parte desde seu início em 2000. Isto é, o PISA é realizado em setenta países, sendo focado no desempenho em Matemática, Leitura e Ciências, além da média de anos que os alunos passam na escola e o percentual da população no ensino superior, conforme demonstrado pela OCDE.

Por sua vez, a OCDE é formada por trinta países, tendo como princípios a democracia e a economia de mercado. Afirma-se que, o objetivo principal do PISA é produzir indicadores que contribuam dentro e fora dos países participantes, para a discussão da qualidade da Educação Básica, visando subsidiar políticas nacionais de melhoria da Educação.

Todavia, o Brasil não apresenta bons resultados no PISA desde 2000, o que não foi diferente em sua mais recente edição, conforme Pinheiro (2018). De acordo com o Sumário Executivo do PISA Brasil 2015, esta avaliação trienal é realizada com estudantes que possuam idade entre 15 anos e 3 meses completos e 16 anos e 2 meses completos no início do período de aplicação. No tocante ao Ensino Médio (EM), Pinheiro (2018), em defesa da proposta da Reforma do EM, afirma que:

o debate sobre os gargalos no EM no Brasil ficou estagnado por décadas, algo que acabou distanciando a educação brasileira da realidade do restante do mundo. Hoje, o país é o penúltimo num ranking de educação, elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) com 34 países, que levou em conta os critérios do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

Os gastos, de acordo com uma análise do OCDE no ano de 2015, no tocante, somente à Educação pública de etapa primária e secundária são aproximadamente de 4,1% do PIB. Entende-se que, no Brasil há a necessidade de priorização da Educação, porém, com os problemas políticos internos do Brasil essa priorização acaba sendo desconsiderada, e quem sofre é a sociedade brasileira, levando em conta suas condições sociais e econômicas.

Já nos EUA, a legislação torna compulsória a Educação de no mínimo de 13 (treze) anos de ensino. Logicamente, tendo em vista seus dificultadores como acontece em todo o país, ou seja, as diferenças sociais de etnia ou financeira, entre outros fatores que contribuem para que muitos alunos deixem a sala de aula. Mesmo os Estados Unidos tendo gastos significativos com Educação e, colocando em prática boas estratégias na gestão de ensino, existem desafios educacionais a serem superados para melhor atender às demandas de sua população.

Tendo essa visão em torno da Educação nesses dois países, a Reforma do EM é vista como um meio de mudança e reformulação da proposta do ensino brasileiro, colocando em pauta novas estratégias e caminhos a serem tomados pelas escolas, que no fim poderão oferecer aos estudantes mais opções de itinerários formativos. De acordo com especialistas contrários à Reforma, e a mesma não está pronta para ser implantada no Brasil, pois traria consequências negativas em relação ao conhecimento dos alunos.

Pretendeu-se, a partir desta monografia realizar um estudo comparativo da Educação de Nível Médio no Brasil e nos EUA (High School), tendo como pano de fundo, a proposta de Reforma do EM de 2016 do governo Temer, com base na seguinte questão norteadora: **“Os problemas da educação Brasileira podem ser resolvidos com a proposta da Reforma do EM?”**. E, mais especificamente, identificar as principais diferenças e semelhanças entre a Educação de nível médio no Brasil e o High School nos EUA; e, contextualizar a proposta de Reforma do EM governo Temer (2016). O interesse em conhecer o sistema educacional estadunidense também está relacionado com o desejo em fazer um intercâmbio estudantil nos EUA futuramente.

No que diz respeito ao EM no Brasil, muitas vezes o debate relativo à proposta de reformulação é levado direto ao Congresso Nacional. Assim, acredita-se que esse tema de pesquisa possibilita avaliar em que nível se encontra a conscientização e participação política da população acerca de seus direitos e a legislação educacional.

A proposta de Reforma do EM foi apresentada como a Medida Provisória nº 746, em 2016 inicialmente, mas tendo se tornado a Lei Federal nº 13.415, em 2017, após aprovação no Congresso Nacional, sem ter contado com uma ampla discussão junto à sociedade, mas com intensa propaganda governamental.

Quanto à estrutura, a monografia está organizada da seguinte forma: no **Capítulo I – High School nos EUA e Ensino Médio no Brasil** é realizada uma apresentação e discussão das experiências educacionais referidas; no **Capítulo II – Proposta de Reforma do Ensino Médio no Brasil**, além da reflexão acerca desta Reforma, também é tratada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e, no **Capítulo IV – Análise Comparativa dos Dados do PISA** são apresentados e analisados comparativamente dados relativos às dimensões – ***proporção aluno/professor, quantidade de professor por escola, número de alunos por escola e tamanho da escola.***

CAPÍTULO I - HIGH SCHOOL NOS EUA E ENSINO MÉDIO NO BRASIL

- **HIGH SCHOOL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)**

O EM no Brasil tem a duração de 3 (três) anos no ensino propedêutico, com exceção de algumas escolas técnicas de caráter público-federal, como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que conta com seu currículo de educação profissional integrado ao EM, tendo a conclusão das Habilitações Técnicas com a mesma duração do High School.

O sistema educacional estadunidense é conhecido por ter educação pública de qualidade, por conta de seu idioma é um dos destinos para fazer intercâmbio, principalmente em seu nível médio (High School) e superior (College). Como a centralidade deste estudo é o nível médio de ensino, a seguir será feita uma breve exposição sobre o High School.

De acordo com Peralta et al. (2018, p.970):

nos EUA, o governo é descentralizado e o controle de muitas funções públicas, como o ensino escolar, fica a cargo, essencialmente, dos estados e das comunidades locais. O governo federal adentra no campo da educação quando os estados ou as localidades não defendem um interesse que seja nacional, ou quando é exigida uma liderança nacional para se ocupar de um problema comum a toda a nação. Em regra, a função federal na educação baseia-se em dispositivo constitucional (United States of America, 1787a, art. 1º), que atribui ao Congresso dos EUA o poder de promover o *bem-estar geral* da nação. Na Constituição Federal não há nada específico em termos de educação, que deve estar subentendida no que se pode entender por bem-estar do cidadão, ficando a cargo das Constituições Estaduais versarem sobre questões de política educacional.

O Departamento de Educação dos EUA se assemelha ao Ministério de Educação do Brasil, porém, com muitas diferenças e uma delas é o não tratamento direto de questões como o desenvolvimento e organização curricular, sendo assim não há envolvimento direto do governo federal em políticas complementares do sistema educacional. De acordo com o Congresso dos EUA, o Departamento de Educação tem a função apenas de regulamentar e aplicar direitos constitucionais federais.

Este exerce autoridade indireta por meio de financiamento federal de programas nacionais e *grants* (subvenções), embora não haja nenhuma obrigação para qualquer estado aceitar esses fundos. Assim o governo federal pode propor métodos ou medidas, mas não pode impor nenhuma delas.

O governo federal também pode propor, mas não pode impor, metas, objetivos e normas nacionais, que geralmente estão além da sua jurisdição. Os estados e os distritos escolares locais

estadunidenses são responsáveis pela manutenção do controle dos programas e métodos de ensino, estando o governo dos EUA proibido, por lei federal, de interferir nessas áreas. A autoridade para regular a Educação está centrada constitucionalmente, nos estados, segundo Peralta et al. (2018).

O High School tem a duração de 4 (quatro) anos e vai do 9º até o 12º Ano, ficando sob responsabilidade de professores especializados em cada disciplina. O 9º Ano (*Freshman*) deve ser cursado aos 14 anos, o 10º (*Sophomore*) aos 15 anos, o 11º (*Junior*) aos 16 anos e, finalmente o 12º Ano (*Senior*), aos 17 anos.

O currículo escolar inclui: Língua Inglesa (Literatura, Humanismo, Composição, Linguagem Oral etc.); Matemática (Álgebra, Geometria, Pré-Cálculo e, Estatística); Ciência (Biologia, Química e Física); Estudos Sociais (História, Geografia, Economia etc.); e, Educação Física.

Vale ressaltar, que estudar uma Língua Estrangeira é obrigatório, sendo possível escolher entre Espanhol, Francês, Chinês, Alemão, Italiano, Árabe, Japonês e Latim. A escolha depende de cada estado e, alguns distritos escolares também contam com uma disciplina de Saúde inserindo tópicos de anatomia, nutrição, primeiros socorros, sexualidade, drogas e controle de natalidade.

Há ainda, disciplinas eletivas tais como informática (processamento de palavras, *design* gráfico e programação), atletismo (esportes individuais e coletivos), carreira técnicas (agricultura, negócios/marketing, economia doméstica, ocupações de saúde, ocupação tecnológica e jornalismo) e, artes (coro, banda, orquestra, teatro, dança, artesanato e fotografia).

Como visto anteriormente, o estudante tem a opção de escolha dentre alguns componentes curriculares. Essa escolha pode partir do gosto individual ou em prol de uma carreira profissional no futuro, sendo assim, a perspectiva do sistema de ensino estadunidense é que no nível médio não seja preciso se aprofundar naquilo que não haja interesse ou que não se sabe que “utilidade” terá enquanto futuro profissional. Entende-se que o intuito seja o do estudante encontrar dentre as opções ofertadas, uma possível área em que tenha interesse em se especializar.

Acredita-se que assim seja possível incentivar desde cedo o interesse acerca do conhecimento e aprendizagem, a fim de fazê-lo continuar até o mercado de trabalho ou por um determinado campo profissional.

Vivemos em uma era de crise estrutural associada a uma nova fase do capitalismo: o capital monopolista-financeiro. Esta fase é caracterizada por: (1) estagnação econômica nas economias capitalistas desenvolvidas; (2) uma mudança dramática em direção à

financeirização, as bolhas especulativas como meio de expansão econômica; e (3) a rápida concentração (e monopolização) de capital em uma escala global.

Uma consequência do lento crescimento endêmico para as economias desenvolvidas é que as grandes corporações que dominam a economia mundial atual são obrigadas a procurar novos mercados para investimento, fora de suas áreas tradicionais de atuação, levando à aquisição e privatização de elementos-chave da administração do Estado. A contrapartida política do capital monopolista-financeiro é, portanto, a reestruturação neoliberal, em que o Estado é cada vez mais canibalizado por interesses privados (FOSTER, 2013).

Em retrospecto, o novo movimento educacional estadunidense começou por volta de 1970 com os economistas Samuel Bowles e Herbert Gintis que criaram uma abordagem político-econômica considerada “funcionalista”, pois geralmente correspondem às relações sociais de produção na sociedade capitalista. A escolarização, portanto, seria destinada a servir à produção e reproduzir a divisão hierárquica do trabalho desse sistema produtivo. Em contrapartida, existiria a necessidade de combater a “escolarização sob capitalismo”, porque ela evoluiu se tornando uma divisão sub-hierárquica, contribuindo para a diferença social, o que demonstra uma subordinação às necessidades da sociedade conforme os direitos e interesses de uma classe capitalista. Conforme Foster (idem):

nesta perspectiva, as formas de consciência e comportamento promovidas pela escolarização capitalista são projetadas para reproduzir classes e grupos existentes e, portanto, destinam-se a reforçar e legitimar as relações sociais de produção da sociedade capitalista como um todo. Os estudantes da classe trabalhadora e aqueles que são compelidos a trabalhar em ocupações típicas da classe trabalhadora são ensinados a seguir regras, enquanto estudantes provenientes da classe média alta e/ou talhados para o estrato profissional gerencial são ensinados a internalizar os valores da sociedade, levando assim a escolarização a um julgamento onde a formação profissional seja adequada aqueles de cada classe, levando no EM o aluno a ter uma visão de trabalho processual que poderá ou que irá exercer em seu futura, enquanto que a classe que se profissionaliza em nível de graduação e educação avançada são aqueles 'confiáveis' a serem os que continuaram a redigir esse sistema de divisão implícito.

- **ENSINO MÉDIO NO BRASIL**

Como afirmado anteriormente, o EM no Brasil é marcado por uma duplicidade estrutural, que estabelece políticas educacionais diferenciadas para camadas sociais distintas, estabelecidas pela divisão social do trabalho. As reformas educacionais para o EM realizadas nas últimas décadas, não conseguiram avançar no sentido de eliminar essa dualidade, ficando muito distantes da proposta gramsciana da escola unitária, a qual propicia formação geral e habilitação profissional.

Para Schwartz (1988), por quase quatro séculos, a economia brasileira agroexportadora tinha a produção baseada no trabalho escravo, por um lado, caracterizando a sociedade brasileira com a divisão entre uma minoria de indivíduos com direitos de pessoa e propriedade, e de outro lado, a grande maioria de indivíduos sem qualquer direito.

Durante os períodos colonial e imperial, a educação brasileira teve por finalidade, a formação da elite da sociedade para o exercício das atividades político-burocráticas e das profissões liberais. Para esta pequena parcela da sociedade brasileira predominava o ensino humanístico e elitista.

Por sua vez, a modernização da sociedade brasileira realizada com o aceleração do processo de industrialização e urbanização provocou o crescimento da demanda por formação escolar para todas as classes sociais.

Segundo Nascimento (2007, p.79):

com o crescimento urbano e a expansão da indústria surgiu a necessidade de garantir padrões mínimos de comportamento social à população e buscar mão de obra qualificada. Essas necessidades prementes mobilizaram as elites intelectuais e dirigentes políticos a reivindicar por reforma e a expansão do sistema educacional brasileiro.

E, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

CAPÍTULO II - PROPOSTA DE REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A Reforma do Ensino Médio foi uma das propostas do governo Temer em 2016, defendida como forma de melhorar a educação brasileira, tendo em vista a suposta variedade de opções que o aluno teria no decorrer de sua caminhada acadêmica neste nível de ensino. De acordo com o sítio: Novo Ensino Médio – perguntas e respostas, pertencente ao portal do Ministério da Educação:

a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do EM, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

Uma das grandes questões desta proposta foi a possível extinção da obrigatoriedade de quatro disciplinas (Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física) e atribuição ao exercício da docência a pessoas com “notório saber” em alguma especialidade técnico-profissional.

Em retrospectiva, a Reforma do Ensino Médio por mais inovadora e interessante, também teve seus questionamentos públicos, políticos e acadêmicos, pois muitos demonstraram preocupação de que a Reforma tenha um efeito de ampliar as desigualdades sociais ainda presentes na sociedade brasileira.

Objetivou-se, com essa proposta, possibilitar ao aluno escolher as disciplinas que desejaria cursar. Também foi cogitado o aumento da carga horária na sala de aula, porém, o que poucos sabem, é que essa reforma de ensino tem aspectos que foram influenciados por sistemas de ensino fora do país, sendo assim, a questão é: o que se pesa no Brasil é uma desigualdade social, que influencia na sua gestão no setor da educação, ou seja, ao querer um ensino melhor e uma educação de qualidade, será que essas diferenças de dentro do País e de fora são levadas em consideração?

Segundo a professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Inês Barbosa de Oliveira em entrevista para o portal da EPSJV em 2019:

[...] O que a gente observa nessa proposta dos itinerários é o agravamento das desigualdades do país no acesso à educação de qualidade, na medida em que caberá aos sistemas de ensino definir o que eles vão e não vão oferecer em termos de itinerários formativo. Isso significa que os estudantes das cidades menores, os estudantes das cidades menores, das escolas pobres, não terão acesso a alguns dos conteúdos hoje considerados obrigatórios para eles e para todos.

Não é de hoje que Brasil se depara com modelos curriculares importados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 5.692/1971, é um exemplo claro da influência de países estrangeiros, no caso os EUA. Hoje, se compara o Brasil com a Noruega, a Finlândia e outros países europeus, mas sem considerar as profundas diferenças econômicas e sociais entre esses países e o Brasil. No passado, a referência eram os Estados Unidos. Por que? Não é difícil intuir (HORN, 2018, p. 11).

Os governantes e políticos tem a ideia de que a educação do exterior é melhor, portanto basta estabelecer a mesma lógica organizacional de educação que logo se terá resultados melhores, porém esse grupo político deixa de considerar fatores primordiais para a instalação desse método de ensino, e um dos principais fatores é a diferença econômica e cultural desses Países.

Sob o discurso do desenvolvimento, realizou-se a inclusão generalizada de disciplinas técnicas no currículo, o que exigiu a exclusão de outras, principalmente das disciplinas das humanidades, tornando a formação técnica compulsória. Sendo assim é possível afirmar que o Brasil está procurando um meio de inovação na educação, e para tanto tenta estabelecer formas de se igualar educacionalmente aos países de qualidade de ensino melhor.

À primeira vista, o MEC afirma que com a nova reforma do ensino médio, o aluno poderá escolher entre as disciplinas de interesse e dar ênfase a matérias que visam sua carreira profissional, só que algo que está implícito precisa ser considerado:

(a) que a escolha não depende da vontade e do interesse do estudante, mas das ênfases ofertadas pelos sistemas de ensino, isto é, depende da decisão das secretarias de educação e dos Conselhos Estaduais e Municipais de educação; (b) que os itinerários formativos da forma como a lei os apresenta fragmentam ainda mais a formação e são inviáveis do ponto de vista da democratização do ensino, pois acentuam as diferenças sociais e econômicas dos estudantes; o texto expõe objetivamente em seu Artigo 36 que a oferta depende exclusivamente da “possibilidade dos sistemas de ensino (HORN, 2018, p. 13).

A revista Poli n.48 publicada em 2016 fez uma reportagem sobre a proposta de reforma do ensino médio, na revista eles abordam o assunto entrevistando professores e alunos da rede pública. Na visão dos estudantes, em nome dos quais o governo diz estar fazendo a reforma, vêm discordando do conteúdo e do método do governo.

Percebe-se então a discrepância entre realidade e proposta, tendo o ensino médio como conclusão da educação básica é necessário considerar os fatores que contradizem essa reforma, e analisar se são verídicos e capazes de reafirmar sua posição. Portanto surge o embate sobre a implantação do curso técnico e se isso de alguma forma disponibilizaria um leque de opções maior para o aluno, concretizando o ingresso na universidade.

o número de estudantes de cursos técnicos aprovados no vestibular é 'elevadíssimo', o que derrubaria o argumento de que, ao escolherem o itinerário da formação profissional, esses jovens teriam suas chances de entrada na universidade reduzidas. Entretanto, os aprovados a que ele se refere são egressos dos cursos técnicos oferecidos pelas regras atuais, anteriores à MP, nos quais não há redução dos conteúdos gerais, mas sim a formação profissional de forma integrada ou concomitante (OLIVEIRA, 2016, p. 9).

Na EPSJV, o currículo de Ensino Médio é integrado à educação profissional. Isto quer dizer que os estudantes, ao longo de quatro anos e em jornada de tempo integral, aprendem não só os conhecimentos práticos exigidos pela habilitação técnica escolhida – que pode ser em Gerência em Saúde, Análises Clínicas e Biotecnologia, mas também os conhecimentos do currículo “tradicional” de Ensino Médio.

Desta forma é correto afirmar, que o aluno tem uma formação completa curricular, mas não somente por conta do currículo, mas em razão também das condições de suporte/auxílio ofertadas pela EPSJV, tais como alimentação, transporte e recursos financeiros (bolsas de estudo e iniciação científica), fazendo com que grande parte do aluno não tenha que abandonar seus estudos por conta de dificuldades estruturais de existência.

- **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)**

O Ensino Médio brasileiro consiste em apresentar ao aluno, uma variedade de matérias que provém diretamente de áreas específicas de trabalho, sejam Ciências, Línguas, Ciências Contábeis entre outros, que em conjunto são ofertadas na faculdade.

Partindo dessa premissa, é preciso definir componentes curriculares básicos, para todas as áreas, a partir da afirmação dos chamados direitos de aprendizagem, considerados relevantes para todos os estudantes brasileiros. Estes direitos possibilitariam definir os chamados objetivos de aprendizagem, que são conhecimentos fundamentais aos quais todo/toda estudante brasileiro deve ter acesso para que seus Direitos de Aprendizagem e do Desenvolvimento sejam assegurados (BRASIL, 2015).

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, direito público subjetivo de todo cidadão brasileiro, de acordo com o MEC “O currículo do EM será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino”, a saber:

- I – Linguagens e suas tecnologias;**
- II – Matemática e suas tecnologias;**
- III – Ciências da natureza e suas tecnologias;**
- IV – Ciências humanas e sociais aplicadas;**
- V – Formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas).**

Além dessas competências, também está estabelecido à duração de 1.800 horas na formação geral básica, sendo que os currículos e propostas pedagógicas devem garantir as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. Conforme as DCNEM/2018 devem abordar estes conhecimentos, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de:

- I - Língua Portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas;**
- II - Matemática;**
- III - Conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;**
- IV - Arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro;**
- V - Educação Física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;**
- VI - História do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;**
- VII - História e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras;**
- VIII - Sociologia e Filosofia;**

IX - Língua Inglesa, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 11, § 4º).

Percebe-se que esta proposta está ancorada com os princípios liberais de reprodução do capital como aponta Nascimento (2007, p.80):

o processo de reprodução do capital internacional, ao se instalar no Brasil, via industrialização, não encontrou um sistema local de produção e transmissão do conhecimento que propiciasse um desenvolvimento científico e tecnológico no país. (...) A modernização da sociedade brasileira realizada com o aceleramento do processo de industrialização e urbanização do país provocou o crescimento da demanda por formação escolar para todas as classes sociais. (NASCIMENTO, 2007, p. 80).

De acordo com Costa (2013), o EM no Brasil foi implantado com intuito de preparar para o ensino superior. A natureza estritamente propedêutica e com oferta limitada perdurou até 1930, quando se instalou no País a necessidade de impulsionar o desenvolvimento nacional e, com ele, a escolarização atrelada à profissionalização.

Vislumbram-se dois contextos: de um lado, um ensino de natureza propedêutica, objetivando o ingresso nas universidades, e, de outro, uma escola média articulada com a preparação para o trabalho. Sendo assim, é válido ressaltar que a Educação vem tomando formas com o passar do tempo, e estabelecendo novas diretrizes, cabe a Base Nacional Comum Curricular atender às demandas objetivas dos órgãos educacionais.

O currículo do Ensino Médio sempre foi um campo de disputa entre diferentes projetos sociais, que concorrem pela apropriação de parcela do conhecimento socialmente produzido, e entre distintos grupos profissionais, pelo seu potencial de ampliação da inserção no mercado de trabalho (KRAWCZYK, 2011, p.757).

Um ponto de apoio e de suma importância no sistema educacional é o corpo docente e sua motivação a ensinar. Grande parte dos alunos que abandonam ou se desinteressam pela escola tem sua causa atrelada ao comportamento do corpo docente, seus professores e equipe que estão todos os dias nessa rotina.

Os docentes do EM, embora já não sejam idealizados pelos alunos assim como eram os professores do ensino fundamental, continuam representando uma referência muito importante quanto à motivação para os alunos (DEL REAL apud KRAWCZYK, 2011, p.756).

De acordo com KRAWCZYK (2011), ainda que a escola não seja suficientemente atraente, o que não se pode ignorar é o aumento do número de anos de escolaridade entre as gerações mais jovens brasileiras, embora estejamos atrás de outros países latino-americanos, ainda assim há um percentual, conquistado através do incentivo, de uma diminuição da taxa de série etária e analfabetismo. Isso significa afirmar que, o Brasil está agora diante de uma geração de jovens de baixa renda, mais escolarizada que seus pais, mas com muitas dificuldades para encontrar sentido na vida escolar, para pensar no mundo do trabalho a partir da escola e para conseguir trabalho, ou seja, existe um interesse e existe uma disponibilidade diante dos problemas econômicos brasileiros de crescimento educacional, onde mesmo a massa que desacredita e não vê seu futuro formado a partir da escola, tende a ter uma educação.

Os jovens brasileiros precisam de um enfoque de qualidade e que chame sua atenção a uma escolha de educacional que deve partir deles.

Considerando as discussões e colocações acima, é possível perceber que a BNCC tem como objetivo a ampla abordagem das áreas do conhecimento, porém essas abordagens deixaram outras determinações de lado, a construção que a educação faz em relação ao aluno é construir um ser de compreensão ampla do processo histórico, cultural, dos processos políticos, que levam à definição de encaminhamentos tanto no âmbito da educação, da economia, da política, da sociabilidade em geral, porém, e em quanto ao âmbito das dimensões do saber fazer ou aplicação do conhecimento?

Nesse sentido, isto é uma forma de avaliação que, de forma explícita, demonstra o fracasso de um sistema, porém, de onde essa má avaliação se origina que deve ser o foco, em um processo educacional existem fatores que influenciam na aprendizagem do aluno, tais fatores se dizem em dados e estatísticos que espelham uma realidade não adequada à sociedade brasileira. Recursos e equipe de trabalho também são importantes na educação, refletem um resultado melhor se estiverem apropriados a esses aspectos. Nesse sentido, Costa (2013) afirma que,

a escola de Ensino Médio que se materializou no Brasil tem muitos alunos matriculados na dependência administrativa estadual e oferece uma formação geral, não profissionalizante, nos períodos matutino e noturno. E os professores do EM? E as condições de trabalho na escola média? (COSTA, 2013, p.).

Outro ponto importante nesta discussão é o que aponta Krawczyk (2011):

a evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no EM, aponta para uma crise de

legitimidade da escola, que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem estudando. (KRAWCZYK, 2011, p.756).

Com efeito, a fórmula curricular e sistemática que o EM se apropriava já não tem a eficácia esperada, nem o resultado, mesmo com pontos a serem discutidos e tratados devem-se evidenciar também aqueles aspectos importantes no sistema e que de alguma forma deva ser considerado, isto é, inovar e revolucionar sem destituir a formação política, social e cultural que a escola atual toma como resultado de seu processo.

Em entrevista à revista *Época* em 15 de agosto de 2016, a secretária executiva do Ministério da Educação (MEC) do governo Temer e defensora de uma visão neoliberal para a Educação Maria Helena Guimarães de Castro afirma que Ensino Médio necessita de mudanças, pois enfrenta problemas em sua execução, o que seria desmotivador para os estudantes.

Cabe destacar, que o Ensino Médio é responsável pelos maiores índices de evasão e reprovação escolar no Brasil. Segundo informações desta no preâmbulo da entrevista, em 2014, mais de 620 mil alunos abandonaram os estudos nessa etapa de ensino, segundo o Censo Escolar, o que é o triplo do registrado no Ensino Fundamental.

Entende-se que, o Ensino Médio em sua estrutura deve ser alterado, sendo necessário fazer um estudo comparativo acerca dos fatores que acarretaram essa má gestão da educação pública e privada.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

A monografia possui caráter exploratório e quali-quantitativo, bem como visa desenvolver um estudo comparativo entre o High School nos EUA e o Ensino Médio no Brasil,

tendo como pano de fundo, a proposta de Reforma do EM de 2016 do governo Temer. Esta análise comparativa foi realizada por meio dos dados do PISA (2015), utilizando as seguintes dimensões – *proporção aluno/professor, quantidade de professor por escola, número de alunos por escola e tamanho da escola*. Estas dimensões foram escolhidas pelo entendimento de que possibilitam apreender o objeto de estudo de forma mais adequada.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados Scielo, Periódicos CAPES e Google Acadêmico com o intuito de subsidiar a reflexão proposta. Desse modo, o estudo compreendeu a leitura e análise de livros, artigos, documentos oficiais, legislações, reportagens de portais de notícias e de jornais digitais como o NEXO JORNAL, cruzamento de informações e dados afins.

Nos EUA, o estudante desde o início de seus estudos é estimulado a buscar informações, pesquisar, procurar soluções e explicações para problemas sociais de várias ordens, isto é nada mais ou menos que instigar o pensamento científico e pesquisador do estudante, o que mais a frente poderá ser explorado para produzir resultados significativos para toda a sociedade ou apenas despertar o gosto pela aprendizagem e conhecimento.

Conforme o Portal da Educação (2019), com esta formação, o jovem que tem esta experiência de iniciação científica no Ensino Médio terá grandes chances de ser um futuro cientista e excelente profissional ou mesmo um atleta, pois já terá encaminhado seu futuro universitário e/ou profissional.

Alguns especialistas da área educacional como Baudelot e Establet, citados por Moraes (2017) sugerem que o modelo de educação a ser implantado no Brasil tenha proveniência de políticas educacionais externas, de países bem-sucedidos no ramo da Educação, que tiveram em sua história uma luta para a reestruturação do EM.

Estes autores, apesar dos limites metodológicos e das implicações políticas da avaliação internacional de larga escala, cujos resultados podem ser vistos como uma tentativa de homogeneização dos modelos educativos segundo os princípios da OCDE, a comparação entre os diferentes países tem contribuído para indicar que: “a constituição de um tronco comum sólido é mais eficaz do que a realização prematura de fileiras (escolares) seletivas” (MORAES, 2017, p. 408).

É o caso da Finlândia, por exemplo, cujos estudantes têm obtido bons resultados em todas as avaliações do PISA. Entende-se que, a Finlândia pode ser um exemplo mais que adequado para o Brasil, considerando sua longa discussão desde 1970 para as diferentes formas de gestão que ocorreram em sua história, desde 2001, o país ocupa uma das primeiras posições nas avaliações do PISA, quando se trata de melhor “desempenho educacional e menor

desigualdade entre escolas”, sua gestão política passou a ser alvo de estudos científicos da Educação. Para Moraes (2017, p.415): “A política educacional da Finlândia está ancorada em um tecido social bastante homogêneo e em uma visão historicamente construída sobre o papel do Estado no Bem-Estar Social.”.

Cabe destacar, que o Brasil tem duas vertentes de Educação: a pública e a privada. No entanto, essas vertentes possuem uma diferença no tocante às oportunidades. Com relação à história do EM brasileiro, há uma marcada dualidade entre um modelo de ensino voltado para a classe trabalhadora (técnico/profissional) e outro, um modelo propedêutico organizado para a elite.

Nesse sentido, é possível perceber que ao longo da trajetória educacional brasileira, o Estado brasileiro acabou buscando ao máximo “enxugar” e “flexibilizar” a grade curricular da rede pública, vide as propostas de “currículo mínimo” no Rio de Janeiro e a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como a da própria Reforma do Ensino Médio.

Constata-se que, a proposta de Reforma do Ensino Médio veio bem ao “gosto” do discurso neoliberal de liberdade e melhoria da qualidade da Educação brasileira nesta etapa de ensino. Esta proposta foi concretizada na Medida Provisória (MP) nº 746, publicada em 23 de setembro de 2016. Logo em seguida, após período regimental de 180 dias no Congresso Nacional, se tornou a Lei Federal nº 13.415, em 16 de fevereiro de 2017, conforme Hill (2003, p.7).

De acordo com Krawczyk e Ferretti (2017, p. 36), havia uma proposta melhor e menos superficial do Ensino Médio, o Projeto de Lei Federal nº 6.840 de 2013, o qual tramitava no Congresso Nacional antes da MP nº 746, tendo passado por inúmeras discussões e contado com a participação de vários movimentos da sociedade civil organizada.

Sendo assim, é possível afirmar que foi usada uma manobra para transformar a proposta numa medida provisória, chegando a impor um novo processo sem dar motivos a população. Entende-se que, basicamente existe a escolha por parte do Estado de fazer jus ao mercado, sendo necessário, contraditoriamente estar “forte” para atender às demandas do neoliberalismo.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS DO PISA

Durante os estudos, foi feito o levantamento de dados sobre a educação pública no Brasil e Estados Unidos. Sendo assim, foram feitas pesquisas com dados do PISA. No primeiro momento foi considerado a relevância da comparação entre as bases curriculares, porém, essa comparação acabou não sendo muito viável, pois os dois países têm uma dinâmica totalmente

diferente em relação à administração educacional e legislativa de seus distritos. Ressaltando suas amplas políticas é perceptível que não tem semelhança suficiente para uma análise comparativa simples.

Nesse caso, evidenciou-se a necessidade em entender de forma mais aprofundada os aspectos que regem os dois cenários, sendo assim, logo surgiu a percepção de dados influenciadores indiretos na educação, como: *Tamanho da Escola Pública; Número de Estudantes da Escola Pública; Proporção Aluno/Professor; e, Quantidade de Professor por Escola Pública.*

A) Médias para tamanho de índice da escola, 15 anos por Público

Ano	Jurisdição	Público	
		Média	Erro padrão
2015	United States	1.402	(65,4)
	Brasil	927	(32,8)

De acordo com a OCDE, os dados da média para tamanho da escola “variam do índice de 0 a 12000, (alguma diferença aparente entre os estimados pode não ser estatisticamente significativa) ”, dessa forma é compreensível a noção de numérica. O tamanho e proporção da escola americana é estatisticamente maior que a escola pública brasileira. Isto se dá pelo fato também da grande demanda de infraestrutura que o *high school* precisa, como já foi colocado nas discussões acima, a base curricular americana tende não só a apresentar matérias de conhecimento acadêmico, mas também algumas disciplinas extracurriculares sejam elas de áreas dos conhecimentos ou ensino técnico. Outro fator também crucial desses dados é o número de estudantes matriculados na escola.

B) Média do número total de estudantes na escola, 15 anos por Público

Ano	Jurisdição	Público	
		Média	Erro padrão
2015	United States	370	(19,2)

De acordo com a OCDE, “O número total de alunos varia de 0 a 5000 (Algumas diferenças aparentes entre as estimativas podem não ser estatisticamente significativas)”, nessa perspectiva a diferença entre o número de estudantes na escola pública do Brasil e dos Estados Unidos é expressiva, sendo a concentração de alunos nas escolas públicas dos Estados Unidos maior que a do Brasil, acompanhando assim a média de tamanho das escolas, tal concentração está explícita na infraestrutura e opções das escolas americanas.

Já o Brasil tem um número de estudantes inferior e tem como principal objetivo a escolarização, a concentração de alunos em polos escolares é menor o que acarreta mais escolas para o atendimento da população, a questão é: o tamanho da escola e o número de estudantes influenciam em uma qualidade de atenção ao aluno, o que significa que para um maior número de estudantes existe também o cuidado com a atenção a eles, e nessa parte entra o corpo docente.

Não se pode pensar em qualidade da educação básica sem pensar na melhoria das condições de trabalho dos professores, as quais incluem medidas a serem adotadas em níveis das políticas educacionais como: valorização profissional e salários mais dignos que permitam uma formação constante; maior investimento por parte dos governos em recursos humanos capacitados e infra-estrutura para as escolas; no nível da escola, um projeto político pedagógico conectado ao trabalho em sala de aula (SILVA, 2012, p.23).

Partindo dessa premissa, a participação do Estado na educação e regulação do sistema de serviço na educação é crucial. O professor tem parte da responsabilidade na construção de um aluno como ser social, mas essa responsabilidade também cabe ao Estado e ao próprio aluno. De acordo com o PISA a média estatística de proporção dos alunos/professores (quanto maior a fração, pior) e professores/escola (quanto menor a fração, pior) tem sido um dos aspectos desmotivadores de seu trabalho.

C) Média de proporção aluno-professor, 15 anos por público

Ano	Jurisdição	Público	
		Média	Erro padrão
2015	United States	16	(0,3)
	Brasil	29	(0,8)

De acordo com a OCDE “a proporção aluno-professor varia de 0 a 100 (algumas diferenças aparentes entre as estimativas podem não ser estatisticamente significativas)”, relata-se nesses dados a discrepância da média de aluno por professor do Brasil para os Estados Unidos, o número de alunos em uma aula está diretamente atrelada a qualidade da aprendizagem, em que quanto mais alunos estiverem em responsabilidade de um professor, mais complicado se torna de dar a aula ou fazer com que os alunos tenham foco e interesse total nela.

Como afirma Silva (2012) há muita cobrança por parte do governo para uma educação de qualidade, a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso escolar tem sido atribuída ao professor, porém o primeiro não cria as condições necessárias para que a educação melhore. Os docentes citaram vários itens que precisam melhorar na educação pública, dentre eles 30% acreditam que salas com menos alunos ajudariam a se ter uma educação de qualidade.

D) Médias do número total de professores na escola, 15 anos por pública

Ano	Jurisdição	Público	
		Média	Erro padrão
2015	United States	85	(3,6)
	Brasil	37	(1,4)

De acordo com a OCDE, “o número total de professores na escola varia de 0 a 300 (algumas diferenças aparentes entre as estimativas podem não ser estatisticamente significativas.) ”. Por fim os dados de média de professor por escola realçam uma realidade brasileira em que não está adequada a seu real momento, a diferença estatística reafirma um discurso do corpo docente da educação brasileira pública.

Os dados apresentados têm como objetivo traduzir de forma numérica a comparação de fatores da educação dos países estudados, nesse caso, visando demonstrar de forma simplificada as diferenças observadas nos aspectos de um país e do outro. Nota-se que os números se intercalam dependendo do assunto em questão da pesquisa.

Os Estados Unidos têm um valor numérico maior no índice de tamanho da escola, total de alunos por escola e média do total de professores por escola, enquanto a proporção aluno/professor no Brasil, tem números maiores, porém antes de tirar conclusões, deve-se analisar de forma reflexiva esses dados.

Na pesquisa acerca do número total de alunos por escola, demonstrou-se uma grande diferença estatística entre o Brasil e os Estados Unidos.

A quantidade total de alunos em escolas públicas americanas, são muito maiores que no Brasil, porém, existe uma questão nesse aspecto: a quantidade de alunos matriculados em escolas públicas americanas, atrapalha a organização escolar e o controle de estudantes que precisam de atenção voluntária ou involuntária? , as escolas se tornam polo de concentração de estudantes ocasionando uma maior demanda de controle por parte da escola.

No Brasil, a rede escolar pública é organizada para atender tranquilamente a demanda escolar das determinadas regiões, sendo esse um assunto delicado ao se tratar da superlotação em sala de aula. O fato é que no Brasil a percepção e atenção escolar, pode ser mais prática, considerando o número de estudantes na escola, como dito na análise, o trabalho do corpo docente também depende desses detalhes que influenciam na organização escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo o estudo e discussão feita acima toma-se as seguintes considerações, em meio ao cenário político e educacional vivido nos dias atuais, é necessário um aprofundamento nas questões sociais que rodeiam nosso País, sendo assim ao se colocar em foco uma das áreas de desenvolvimento da sociedade deve-se estabelecer um parâmetro em que esteja ao alcance de nossos avanços. O estudo presente utilizou como objeto de estudo os sistemas educacionais

do Brasil e Estados Unidos tendo como plano de fundo da discussão a recém proposta da reforma do ensino médio que promete revitalizar a BNCC brasileira e revolucionar a educação nacional.

Foram compreendidos dados e estatísticas a fim de repassar confiabilidade e exemplificação de conteúdo, tomando como enfoque aspectos regentes de uma série de problemas provenientes de uma má gestão educativa, colocando a base curricular apenas como finalidade de conclusão e conhecimento de parâmetros. Dados os casos e afirmações de profissionais que entendem do assunto, foi concluído que:

A educação americana corresponde a números elevados e que de certo modo refletem uma educação de mais qualidade, enquanto no Brasil as escolas públicas tem sido menos valorizadas, considera-se que nos dois países exista precarização em alguns setores, porém mesmo com tal precarização, as condições de trabalho dos profissionais da educação ainda assim respondem a uma melhor avaliação no estado americano.

Percebe-se no **Capítulo IV**, a distinta ordem e organização legislativa e educacional dos dois sujeitos de estudo, enquanto que no Brasil, existe uma norma curricular geral estabelecida nacionalmente e uniformemente. Nos Estados Unidos da América, a política educacional segue a lógica de distritos escolares, visando estabelecer normas e parâmetros condizentes com sua realidade, onde o governo se responsabiliza financeiramente, mas não impõe todas as regras.

A base curricular estadunidense tem como fator de distinção, a ampla referência opcional oferecida pela Educação, onde se tem a oportunidade não só de se completar o ensino médio, mas fazê-lo atrelado a uma formação profissional, de certo modo o aluno tem a perspectiva de uma vida pós-Ensino Médio, em que pode tentar carreira profissional ou acadêmica. Diferente do Brasil, onde muitos jovens não têm uma visão apropriada de uma vida pós-Ensino Médio, e por essa falta de perspectiva e visão acabam se juntando à estatística de evasão escolar.

Porém, um ponto a se colocar nessa discussão é a veracidade e equidade na Educação, pois a base curricular estadunidense oferece um amplo repertório de conhecimento geral, mas esse “repertório” é apenas um retrato idealizado de um sistema, a realidade das escolas são distintas levando à percepção de que a equidade do sistema escolar não equivale a sua população, assim deixando um mesmo problema do Brasil em pauta, “a desigualdade do acesso completo à educação extra curricular”, acarretando uma desigualdade representada na competitividade fora da escola, tal aspecto também é reproduzido no Brasil após a saída do Ensino Médio, onde o aluno não tem uma formação igualitária que o permita se destacar perante a outros.

Um aspecto mais visível se apresentou com relação às condições de funcionamento e infraestrutura. Algumas escolas funcionavam sem as condições básicas de higiene e conforto. Outras não tinham laboratórios e bibliotecas adequados. Em outros casos, embora houvesse esses equipamentos, as escolas não os usavam. Impressiona a diversidade de situações entre as escolas de uma mesma rede de ensino que, a princípio, deveriam ter as mesmas condições de funcionamento (LEÃO, 2011, p.270).

Percebe-se que, este é um problema proveniente de um ensino incapaz de oferecer um grau de oferta igualitário, também sendo esse um problema dos EUA ou um caso de gestão organizacional na educação, sempre haverá uma área mais afetada que outra, levando a considerar possíveis aspectos de não relatividade de formação, onde nem todos os alunos estão em pé de igualdade.

No Brasil, os currículos educacionais visam a uma educação em que o mínimo a se oferecer é os componentes da base curricular, suficientemente capazes de ofertar a um estudante conhecimentos gerais, porém o problema observado no Brasil é o patamar de competitividade pós-Ensino Médio, tendo em vista que grande parte dos que se formam são direcionados ao ensino superior, mas com isso existe algumas contradições.

Os alunos que optam por ingressar no nível superior, logo após o Ensino Médio, enfrentam o problema da formação de qualidade da rede pública tendo que disputar com uma classe que estudou no sistema privado, onde a estrutura é melhor. Pergunta-se desse modo: *“Enquanto a parte dos alunos que ao completar ensino médio precisam ou optam por trabalhar?”*. O sistema público de ensino deve estabelecer políticas que o permitam ao aluno fazer uma ampla escolha curricular.

No tocante aos professores brasileiros, os dados mostram a disparidade da quantidade de alunos e professores. Tais dados dizem respeito à falta de monitoramento governamental, tendo um número de professores bem menor proporcionalmente à quantidade de alunos por escola. Tornando o trabalho docente mais árduo.

Conforme Machado (2013, p.204),

A precarização e a intensificação do trabalho docente no ensino médio têm suas singularidades e se manifestaram principalmente em quatro circunstâncias que se interpenetram e envolvem os professores do ensino médio do Brasil: formação indevida, infraestrutura imprópria, remuneração inadequada e jornada de trabalho intensificada.

Os dias atuais são difíceis, a sociedade está em uma constante transformação gerando valores individualizados cercados pelo consumismo, revitalizando e criando novas tecnologias e hábitos exacerbados, um momento histórico e ao mesmo tempo hostil, o suficiente para fazer o estado rever suas demandas e objetivos, porém antes que faça isso é necessário rever suas condições organizacionais e refletir sobre a divisão educacional e de oferta dirigida a alguns locais do País.

Nas últimas décadas, a sobrevalorização dos indicadores de rendimento dos alunos conduziu à mobilização institucional fortemente influenciada pela lógica organizacional das empresas, abandonando o desafio de renovar a racionalidade pedagógica. E, perante a impotência das escolas para encontrar respostas, surgiram os provedores/vendedores de ideias, cursos e materiais didáticos, seja para reorganizar a escola, seja para capacitar os professores. (KRAWCZYK, 2011, p.766).

Portanto, segundo Carvalho (2010, p.11), o estudante que entende que mais importante do que decorar informações ou ser um ótimo usuário das novas tecnologias, é compreender as dinâmicas culturais, técnicas e sociais em que está inserido para poder modificá-las para melhor. No tocante a esta perspectiva vale ressaltar novamente sobre a importância de alunos motivados com professores preparados para enfrentar novidades e entendimentos mais realistas do processo educativo. Cabe portanto, aos professores levar os alunos a entender que a descoberta ou construção de novos conhecimentos é um processo pessoal, no qual o estudante deve se enquadrar por motivação própria.

Colocando pôr fim a reforma do ensino médio de 2016, proposta que está para entrar em vigor nas escolas, que promete uma “revitalização” e inovação a BNCC brasileira, coloca pontos importantes a serem discutidos, na visão de formação complementar e geral a proposta é realmente interessante, porém essa formação inovadora também necessita de terreno para se estabelecer, tendo em visão os pontos postos acima sobre a educação dos Estados Unidos, pode-se compreender que a equidade educacional é um problema e que se deve resolver antes que se estabeleça uma nova base comum curricular.

A proposta de reforma do ensino médio é tentadora, mas, descarta aspectos importantes na atual conjuntura educacional que o Brasil se encontra, coloca uma estruturação que não se tem nos dias atuais na maioria das escolas da rede pública, e por conta disso é viável primeiramente a resolução dos problemas de infraestrutura organizacional e a precariedade das condições de trabalho do corpo docente na educação.

Tornando por fim o debate acerca do assunto, conclui-se que a educação dos Estados Unidos da América atende melhor as suas demandas, pois numericamente estão preparados constitucionalmente e organizacionalmente para lidar com as regulações de seu sistema.

Enquanto que no Brasil, além de existir a precariedade de Educação em alguns lugares do país, ainda tem o problema da infraestrutura escolar que desmotiva os professores e resulta na evasão ou desinteresse dos alunos, levando a crer que para uma melhora educativa o estado precisa olhar para os mínimos detalhes que tem influência sobre o processo.

O discurso sobre evasão escolar ser ter parte de sua culpa proveniente de uma base curricular que precisa de mudanças não é mentira, entretanto como foi visto, para mudar a escola primeiro deve mudar suas diretrizes e estabelecer um sistema capaz de lidar com as mudanças necessárias.

Na atual situação da Educação de nível médio brasileiro não é perceptível uma mudança tão radical que esteja baseada nos parâmetros de uma educação como a dos Estados Unidos, os componentes curriculares americanos funcionam porque tem uma estrutura organizacional diferente da do Brasil, o que leva a crer que o sistema educacional se adequou melhor a suas políticas e objetivos.

No Brasil, a escola é um centro de formação cultural, sociológica e de conhecimentos tradicionais onde professores tem o objetivo de passar o conhecimento a fim de uma universalização das escolhas acadêmicas, porém as reais estruturas e recursos de trabalho desmotivam o professor e os alunos, além de ser adequada a realidade brasileira.

A desmotivação docente resulta na evasão escolar, e periodicamente torna o mercado de trabalho cada vez mais saturado de pessoas não formadas no Ensino Médio. A causa disso é a falta de visão que o aluno tem após completar a última etapa da educação básica, pois não consegue ver o objetivo do pós-escola, não se interessando por ingressar no ensino superior.

A falta de apoio aos casos adversos dentro da educação causa problemas para educadores e educandos, e tentar resolver tais problemas com uma reforma de ensino não é viável.

A Reforma do Ensino Médio não pode resolver os problemas da Educação brasileira, pois não soluciona os verdadeiros problemas, apenas colocou possíveis caminhos a se tomar para mudar a situação da rede pública, colocando de forma simples a inserção do ensino técnico sem levar em conta as resoluções que deveriam ser tomadas antes de impor tais medidas.

Ressaltando a possibilidade da Reforma do Ensino Médio reafirmar as diferenças sociais já existentes na sociedade, colocando uma “ilusão de escolha profissionalizante”, o que na verdade, vai depender da disponibilidade governamental.

A culpa pela educação brasileira não parte somente dos professores e alunos, é possível afirmar que é responsabilidade dos alunos terem interesse, das famílias e cidadãos exercerem suas opiniões e seus direitos e, finalmente, o bom trabalho e incentivo dos profissionais da educação.

Finalizando a análise com uma última consideração, coloca-se que a Educação pública dos EUA não se adequa ao sistema brasileiro, e deixar que nosso sistema seja totalmente influenciado sem levar em conta, os problemas sociais da classe trabalhadora, o que representaria intransigência quanto à situação cotidiana nas escolas públicas brasileiras.

Espera-se que esta monografia sirva como auxílio para reflexões de educadores e educandos e conseqüente melhoria no processo ensino-aprendizagem e no processo de consciência da educação brasileira por seus fatores, levando os leitores a tomarem responsabilidade pela educação de seu país e fazendo questão de tornar o ensino brasileiro melhor para as gerações futuras, colocando total originalidade ao ensino brasileiro para que não se influencie por outros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Novo Ensino Médio – Perguntas e Respostas*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em 12 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

COSTA, G. L. M. O Ensino Médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013.

FOSTER, J. B. *Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos*. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n1p85>>. Acesso em 30 jul. 2019.

KRAWCZYK, N. Desafios do Ensino Médio no Brasil hoje. *Cadernos de Pesquisa*, v.41, n.144, set./dez., 2011.

KRAWCZYK, N.; FERRETI, C. J. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan./jun. 2017.

MONTEIRO, L. e CRUZ, P. Educação de qualidade para todos: prioridade nacional. In: Anuário Brasileiro de Educação Básica (Todos Pela Educação). São Paulo, Moderna, 2018, p. 18.

MORRONE, B.; OSHIMA, F. Y. Maria Helena Guimarães: *Há um tédio generalizado entre os alunos do ensino médio*. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/maria-helena-guimaraes-ha-um-tedio-generalizado-entre-os-alunos-do-ensino-medio.html>>. Acesso em 5 mar. 2019.

MORAES, C. S. V. O Ensino Médio e as comparações internacionais: Brasil, Inglaterra e Finlândia. *Educ. Soc., Campinas*, v. 38, nº. 139, p.405-429, abr.-jun., 2017

NASCIMENTO, M. N. M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. *Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling.*, Letras e Artes, Ponta Grossa, 15 (1) 77-87, jun. 2007.

OLIVEIRA, I. B. de. *O objetivo da reforma do ensino médio é reproduzir a exclusão social (Entrevista por Beatriz Mota)*. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/o-objetivo-da-reforma-do-ensino-medio-e-reproduzir-a-exclusao-social>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PINHEIRO, M. *É possível avançar na educação sem aumentar gastos, exemplos do exterior mostram isso*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/05/politica/1520284503_626647.html>. Acesso em 20 ago. 2019.

PERALTA, D. A.; DIAS, A. L. B.; GONÇALVES, H. J. L. Educação Profissional nos EUA: traços históricos, legais e curriculares. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 969-987, jul./set. 2018.

SCHWARTZ, S.B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550 – 1835*. Tradução: Laura T. Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

